



Art. 3º Os responsáveis técnicos dos projetos já instalados que se enquadrarem nos critérios referidos no inciso I do artigo 2º deverão apresentar aos órgãos competentes, dentro de 1 (um) ano, um plano de adequação com metas intermediárias até o atingimento dos patamares mínimos previstos de eficiência do inciso II do art. 2º, em um prazo máximo de cinco anos.

Art. 4º Os níveis percentuais a que se refere o inciso II do art. 2º serão estabelecidos com base em valores técnica e economicamente viáveis.

Art. 5º Previamente ao estabelecimento dos critérios de enquadramento e dos percentuais mínimos de uso de energias oriundas de fontes de energia renováveis de que trata esta Lei, deverão ser ouvidas em audiência pública, com divulgação antecipada das propostas, entidades representativas dos fornecedores de energia de fontes renováveis, projetistas e construtores de sistemas de irrigação, associações de produtores rurais, instituições de ensino e de pesquisa e demais entidades interessadas.

Art. 6º No licenciamento ambiental de novos projetos de irrigação pública, o atendimento às exigências estabelecidas nesta Lei será indispensável para a concessão de licença de instalação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor decorrido um ano de sua publicação oficial.

## **JUSTIFICAÇÃO**

É crescente a demanda da população, em quantidade e qualidade, por alimentos produzidos pela agricultura irrigada. A agricultura é, também, digna de nota pela geração de emprego e renda de renda em regiões semiáridas, onde um hectare irrigado gera de 0,8 a 1,2 empregos diretos e de 1,0 a 1,2 empregos indiretos, bem superiores ao número 0,22 gerado na agricultura de sequeiro<sup>1</sup>.

Cerca de 10% dos projetos de irrigação do Brasil são públicos. Incluem-se aí, em números atualizados até 2013, 102 perímetros

---

<sup>1</sup> Araújo, Dante *et al.* Indicadores de desempenho no distrito de irrigação de Curaçá, BA: Parte II desempenho econômico. In: Revista Verde (Pombal - PB - Brasil), v 9. , n. 3 , p. 296 - 302, jul-set, 2014. Disponível em: [oaji.net/articles/2015/2238-1445804116.pdf](http://oaji.net/articles/2015/2238-1445804116.pdf). Acesso em 19/04/2016.

irrigados, envolvendo cerca de três milhões de trabalhadores. Tais projetos concentram-se na região Nordeste com ênfase na fruticultura. Esses projetos são, entretanto, intensivos no consumo de energia, que representa em média 40% do custo total de produção.

Ora, é também no Nordeste onde se concentram condições entre as mais favoráveis do mundo para a geração de energia por fontes solar e eólica – esta última a preços cada vez mais competitivos<sup>2</sup> - além de possibilidades apreciáveis de geração por biomassa<sup>3</sup>. A utilização dessas fontes de energia pode se revelar atraente economicamente para esses projetos de grande relevo social, além de aliviar a sobrecarga no sistema interligado nacional e fomentar as cadeias produtivas das tecnologias associadas.

Ademais, o Brasil propôs-se, na sua Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC, na sigla em inglês) apresentada na 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), a expandir o uso de fontes renováveis, além da energia hídrica, na matriz total de energia para uma participação de 28% a 33% até 2030.

Faz-se necessária e conveniente, portanto, para o atingimento simultâneo desses propósitos, a intervenção do Estado, induzindo o aumento da utilização de energia oriunda dessas fontes nos projetos de irrigação pública.

Levando em conta a ampla variedade de condições arquitetônicas, hidrológicas, de difusão tecnológica e econômicas das diversas regiões do País, deixou-se ao encargo de regulamentações específicas os critérios de enquadramento e os patamares mínimos obrigatórios de uso de energia renovável. Analogamente, sabendo-se que a transição de processos produtivos envolve custos e riscos, previu-se a possibilidade de fazê-la de maneira gradual e planejada, com um prazo de início de vigência razoável e a possibilidade de implementação de planos de adaptação progressiva pelas organizações públicas e privadas afetadas.

---

<sup>2</sup> Gannoum, Elbia Silva (2014). O Desenvolvimento da Indústria de Energia Eólica no Brasil: aspectos de inserção, consolidação e sustentabilidade. Cadernos Adenauer, XV, n. 3. Available at: <http://www.kas.de/wf/doc/15613-1442-5-30.pdf>. Accessed: 11 March 2016.

<sup>3</sup> Lima Jr., Claudemiro de. Potencial do Aproveitamento Energético de Fontes de Biomassa na Região Nordeste do Brasil (tese de doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br:8080/xmlui/handle/123456789/10160>. Acesso em: 19/04/2016.

Em face da grande relevância da proposta para a qualidade ambiental no país e a garantia de padrões sustentáveis de desenvolvimento, contamos, desde já, com o apoio dos nobres colegas para a sua rápida aprovação por esta Casa legislativa.

Sala das Sessões, em            de            de 2016.

**Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM**